

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA.

Ilani Marques Souto Araújo¹
Ilaneide Marques Souto Bezerra²
Graça Maria de Moraes Aguiar e Silva³
Viviany Caetano Freire Aguiar⁴
Meiricele Calíope Leitinho⁵

RESUMO

A luta pela inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma luta recente, são não mais do que quarenta anos de contínuos movimentos em favor de uma classe de alunos que hodiernamente, lamentavelmente, ainda é vista como “desiguais” e preconceituosamente definidos como incapazes a vida normal escolar. Frente a esse pressuposto, objetivou-se elaborar um trabalho investigativo que abordasse a questão da Educação Inclusiva e assegurasse parâmetros conceituais, apontando os desafios e avanços na realidade educacional de uma Universidade privada do município de Sobral-Ce. Deste modo, estabeleceu-se a linha temática de defesa em que seria abordada a Educação Inclusiva por seus aspectos da igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para alcançar este propósito, direcionou-se os estudos pelo viés da pesquisa qualitativa com entrevistas, teve como laboratório Centro Universitário INTA-UNINTA, onde se pôde, analisar e confrontar a realidade teórica com o empirismo da práxis pedagógica de atendimento aos acadêmicos com necessidades especiais. Por tudo quanto foi debatido e analisado, sobressai-se, do estudo realizado, um conhecimento mais abalizado sobre as questões levantadas e que defendem a máxima de que a Educação Inclusiva em sua correta prática significa a garantia de todos a educação, vislumbrando assim inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais, ao verdadeiro conceito de cidadania.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Acessibilidade. Ensino Superior.

¹ Mestranda do Curso Profissional em Ensino na Saúde-CMEPES da Universidade Estadual do Ceará-Ce - UECE, ilanita12@hotmail.com

² Pedagoga, Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Psicopedagogia Centro Universitário INTA-UNINT, ilaneide@hotmail.com

³ Doutoranda em Ciências da Educação (Universidade Lusófona/Lisboa-Portugal), gmmorais2005@yahoo.com.br

⁴ Mestranda do Curso Profissional em Ensino na Saúde-CMEPES da Universidade Estadual do Ceará-Ce - UECE, viviany_cfa@hotmail.com

⁵ Professor orientador: Doutorado em Supervisão e Currículo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutorado em Formação de Professores na Universidade de Brasília- UnB. brennakcarneiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

A relevância da temática Educação Inclusiva emergiu à medida que a sociedade percebeu que os alunos com necessidades educacionais especiais são também educandos, e, como tal, são merecedores das mesmas prerrogativas prescritas na Constituição Federal de 1988, que assegura em igualdade de condições uma educação escolar para todos. Deste modo, esses educando com necessidades especiais, à luz constitucional, devem e podem ter acesso e permanecer em uma instituição de ensino regular.

Não obstante, entendendo que somente a letra da lei não é suficiente para a significância do processo ensino-aprendizagem, a prática pedagógica desse público deve ser incluída na mesma linha de estudo do ensino regular, visto que, atualmente a sociedade posiciona-se fortemente contra a exclusão de pessoas que, embora com algum tipo de limitação são potencialmente aptas para a aprendizagem, claro, desde que esta seja idealizada e adequada às particularidades de cada caso, sem que com isso, prevaleça um sentido de diferenciação pejorativa que somente prejudica a importância do processo de construção do conhecimento.

O presente trabalho tem a intenção de debruçar-se sobre a questão da inclusão no ensino superior, procurando, à luz do pensamento de variados teóricos que dissertaram sobre essa temática, estabelecer uma linha de pensamento com o objetivo de compreender as nuances do sentido real da Inclusão dos alunos com necessidades especiais, que não somente o objetivismo do conceito que se estabelece na legislação educacional vigente e que direciona os programas educacionais governamentais.

Com o tema: “A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior: uma abordagem reflexiva”, objetiva-se descentralizar o seu conceito para além da tematização legal e procedimental dos programas educacionais relativos e estabelecer uma linha de conceituação que encontre fundamento no pensamento dos estudiosos que darão suporte a pesquisa científica e que suscita tantos debates e discussões como a Educação Inclusiva.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (1996), que normatiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que um dos capítulos é dedicado à Educação Especial e legitimaram a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitaram os alunos com deficiência almejem a Educação Superior. A referida Lei deixa claro que o

atendimento educacional deve atender às necessidades específicas do aluno em todos os níveis de ensino, tendo o apoio especializado quando necessário.

Para isso, tornam-se fundamentais alterações tanto na estrutura quanto na organização escolar; sendo garantida a possibilidade de flexibilidade nos currículos, metodologias e recursos de ensino, especialização do professor para o atendimento especializado, terminalidade específica, educação especial para o trabalho e acesso aos benefícios dos programas sociais suplementares (Lei n. 9.394, 1996).

Enfatize-se, por oportuno, que a pesquisa científica obedecerá ao critério predominantemente qualitativo, por comportar elementos de natureza conceitual e abstrato (teorização). À vista disso, a pesquisa comportará o levantamento situacional da estrutura predial, pedagógica e recursos humanos disponibilizados ao oferecimento de uma educação ao acadêmico com necessidades educacionais especiais, elementos que serão dispostos em estudos de situação da realidade, eventualmente, encontrada e analisada.

Partindo desta visão, procura-se por este estudo, a constatação e respostas dos questionamentos postulados e entender a realidade de fato da oferta da Educação Inclusiva que, por ser uma temática intrigante, motiva o aprofundamento deste estudo na realidade de uma instituição que oferta a modalidade no ensino superior.

METODOLOGIA

O estudo é do tipo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, pois debruça-se no mundo das relações humanas, especialmente um lado imperceptível e não captável em equações (MINAYO,1998),

Foi realizada no período de agosto a novembro no ano de 2018, em uma Instituição Superior, no espaço geográfico de Sobral, localizado na Zona Norte do Estado do Ceará, distante aproximadamente 250km da capital, Fortaleza, tendo como universo, os alunos com necessidades educacionais que compõem a IES.

O universo da pesquisa foi o UNINTA com toda a sua estrutura humana e física. Os participantes da entrevistas são os alunos que atendem aos critérios de inclusão ter alguma necessidade especial, matriculado na instituição, sendo essa condição considerada para a seleção aleatória dos participantes que fez 02 participantes. Como critério de exclusão pontuou-se a desorientação espaço temporal na hora de responder a entrevista.

A coleta do material para a delimitação da linha de pesquisa para a fundamentação da análise e exposição de dados com embasamento científico requereu uma pesquisa bibliográfica que foi feita na literatura e legislação educacional concernentes, ao mesmo que se exigiu o levantamento de dados e indicadores educacionais para comprovação das posições tomadas. Os dados educacionais foram coletados diretamente dos sítios governamentais e institucionais e relatório de gestão da IES.

Salienta-se que todos os passos desta pesquisa respeitaram os aspectos éticos pertinentes a estudos com seres humanos, balizados pela lei 466/2012 e resguardados pela Resolução 510/2016.

REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A terminologia “Educação Inclusiva” nem sempre, ao longo da história da educação brasileira e do mundo, discorreu sobre as ações que se encontram normatizadas no conjunto das políticas educacionais brasileiras, e se exemplifica no atendimento total das necessidades educacionais de alunos, quer sejam os com necessidades educacionais especiais ou não.

Não obstante a educação inclusiva estar plenamente firmada na legislação constitucional e observa-se, por muitos que labutam no exercício do magistério, que essa realidade ainda não é de toda complementada e, em alguns casos, passa longe de qualquer menção de inclusão, pelos mais diversos motivos que vão desde a falta de aparelhamento e instrumental de tantas unidades de ensino do Brasil, como a falta de preparo acadêmico dos professores para essa questão que não é nova.

Cabe ressaltar que a simples inserção de alunos como necessidades educacionais especiais na ambiência escolar normal, não pode ser considerada como prática inclusiva, assim como assevera Sant’Ana (2005, p.102):

A história do pensamento educacional confirma que o fato de esses alunos estarem no mesmo ambiente com os demais não quer dizer que estejam incluídos, realmente, no contexto escolar. A inclusão implica práticas escolares que favoreçam relações significativas dentro da perspectiva de aprendizagem colaborativa, capazes de remover barreiras ao acesso e à participação dessas pessoas na aprendizagem e na sociedade.

Atualmente, pode-se afirmar que a educação Inclusiva é uma ação educacional humanística, que promove a cidadania e a democracia, além de entender o sujeito em sua singularidade como pressuposto de inserção social ampla, e assim deve, pois, ser entendida como uma ação integral que movimenta toda a educação.

Deve ser compreendida ainda como a tentativa de suprir as dificuldades de qualquer aluno quanto à aquisição do conhecimento (dificuldades de aprendizagem) no sistema educacional, como meio de assegurar aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, disponibilizem dos mesmos direitos que os outros, perfazendo-se desta forma, uma diretriz de promoção de cidadania que se processa com o acesso e permanência à escola regular, inclusos em uma comunidade escolar única (CAMPBELL, 2009).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece como princípio inalienável, a igualdade de todos perante a lei. Destarte, a educação por ser um dever do Estado e um direito do cidadão, deve contemplar esta igualdade por sua condição de acesso e permanência do aluno e sem distinção de qualquer natureza.

A educação inclusiva é, pois, parte desta intenção constitucional e deve existir em sua plenitude para que seus usuários possam usufruir em igualdade de condições, todos os direitos que o aparato estatal tem como dever ofertar, contribuindo com esta ação, uma promoção da cidadania que permite ao estudante que tem necessidade educacional especial, possa ter garantido uma construção plena de sua vida pessoal e social.

Assim, a verdadeira Inclusão acontece quando é oportunizada a interação entre os membros da comunidade escolar sem que se estabeleça diferenciação para além do termo “necessidades educacionais especiais”, que afasta e exclui do convívio normal, alunos nesta situação. Isto posto, a educação inclusiva tem fundamentação quando as instituições educacionais eliminam as barreiras da diferenciação que se coadunam em preconceitos e atravancam o processo da cidadania, adequando seu fazer pedagógico com a capacitação necessária e constante de seus profissionais do magistério.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ser uma temática em que atualmente se encontra cada vez mais em discussão e faz parte do compêndio das políticas educacionais do Governo Federal, a Educação Inclusiva é o fundamento dessa pesquisa que toma forma nas dissertações expressas neste trabalho, onde, além da fundamentação do tema pela pesquisa bibliográfica, procurou-se, na realidade

de uma IES do município de Sobral-Ce, realizar um estudo em que se apresentem elementos de entendimento deste conceito de inclusão educacional.

Torna-se cada vez mais necessário analisar a mudança de paradigmas, costumes e conceitos arraigados em velhas práticas educacionais, que discretamente ainda têm lugar constante nas propostas pedagógicas contempladas em Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que enxergam o aluno com necessidade educacional especial como sendo um aluno diferente e que deve ser tratado de forma diferente.

O UNINTA, instituição estudada, conta atualmente com mais de 60 (sessenta) cursos de Graduação nas modalidades Presencial e a Distância, 100 (cem) polos de educação à distância, no Brasil e 01 (um) polo em Orlando, Flórida, nos Estados Unidos. Além disso, conta ainda com 01 (um) mestrado em Ciências Biológicas na área de Biotecnologia, 02 (dois) Minters – Saúde Coletiva (UNINTA/UNICAMP) e Ciências Veterinárias (UNINTA/UECE) e, aproximadamente, 100 (cem) Cursos de Pós-graduação Lato Sensu.

A estrutura predial é ainda nova e em constante adequação arquitetônica dentro das modernas concepções de acessibilidade, o que permite uma facilidade de deslocamento para cadeirantes e outros com limitações físicas parciais. Os corredores, portas e portões são todos concebidos para a permissão de acesso e livre deslocamento em todas as áreas da instituição, ou seja, dentro de cada setor existe uma área voltada para a inclusão, com acessibilidade.

De acordo com o Censo de 2018/INEP, a IES conta hoje com um total de vagas oferecidas a 3.411 alunos presencial e 72.400 em EaD, desses três alunos tem baixa visão e um com altas habilidades e superdotação. Disponibilizam uma clínica de atendimento psicopedagógico fazendo atendimentos e encaminhamentos, foram encaminhados 12 acadêmicos para o neurologista, 15 para psiquiatria e 30 para a psicologia, a ênfase no encaminhamento ao psicólogo é a ansiedade com sintomas de vômitos, suor frio etc.

Muito embora seja notada, não somente na proposta pedagógica da instituição, mas na própria práxis dos professores que atendem ao alunato com necessidades educacionais especiais, um comprometimento com a educação inclusiva, que se oportuniza nos programas disponibilizados para ações de formação e capacitação ofertadas pela IES, há que se convir, conforme pondera Pacheco (2007, p. 211), que não existe um método pronto quando à maneira desta acontecer, afirmando ainda o autor:

Não existe uma receita única para o desenvolvimento do quadro de pessoal com relação à educação escolar inclusiva, pois essa pode ser considerada uma visão que precisa ser apresentada e trabalhada em todos os níveis da escola. Assim, atitudes necessárias devem ser integradas e estabilizadas. Isso envolve o direito de ser um membro integrante da sociedade escolar e ter acesso a oportunidades em relação a aspectos sociais, emocionais e cognitivos.

Por esta visão, fica claro que, no UNINTA, a proposta pedagógica estabelece um parâmetro de noção que de fato, todo aluno tem necessidades pessoais e especiais, lançando-se, com esta diretriz, um novo paradigma de organização escolar em que não se diferencia, em tese, sua forma de atendimento e ação na educação inclusiva. Observou-se, por esta mesma ótica, que os professores têm uma preocupação, para o melhor desempenho de suas funções, a constante necessidade de aprofundamento seus conhecimento e habilidades para o atendimento das variadas necessidades dos alunos, posto as variantes de limitações normais dos alunos.

Obviamente que a educação inclusiva é um desafio que requer um constante redirecionamento da IES para adequar-se aos alunos que dela necessita. E isso não é diferente no UNINTA, onde se pôde constatar os seguintes resultados e implicações em suas ações voltadas ao alunato com de necessidades educacionais especiais:

1. Os professores são capacitados e capazes de promover ações consistentes na prática da educação inclusiva;
2. Existem atividades pedagógicas que são direcionadas não só ao público com necessidades especiais, mas ao alunato de um modo geral, como fator de sociabilidade e integração social entre todos os alunos.

Dado o exposto, aduz-se que a unidade de ensino apresenta um desenvolvimento do material humano para um desempenho consistente da educação inclusiva em toda a sua ambiência, e que, alguns pontos em discordância que se apresentam, facilmente podem ser contornados com o redirecionamento ou adequação ao que se dispõem no PDI e sua maneira de congregar toda a comunidade escolar em torno de questões que requerem um processo democrático e colaborativo para a melhor tomada de decisão.

Essa maneira colaborativa, que é uma realidade no UNINTA, tem surtido muito efeito quando questões cruciais que envolvem o processo ensino-aprendizagem, sobretudo, relacionado aos alunos contemplados com a educação inclusiva, onde, a presença da comunidade escolar tem sido maciça, essa ação de colaboração da comunidade escolar é um fio condutor da significância das propostas pedagógico-administrativa. Tal assertiva encontra escopo nas pontuações de Pacheco (2007, p. 129), quando este afirma:

A colaboração é uma das pedras angulares da educação escolar inclusiva. Ela precisa estar presente em todos os níveis. Refere-se aos alunos dentro da sala de aula, à equipe de professores que leciona, ao pessoal em geral e ao trabalho com peritos externos, com especialistas e os pais. Quanto maiores forem as necessidades especiais, maior a necessidade de colaboração e coordenação. Recomenda-se,

veementemente, que o ensino em equipe seja iniciado quando as necessidades dos alunos variarem demais.

As reuniões colaborativas que ocorrem na unidade de ensino investigada são um forte indício de compromisso e preparação para a educação inclusiva. Tais atividades, conforme se dispõe na observação aplicada à instituição, revela que se fornecem através delas uma visão geral de todos os entes envolvidos no processo educacional como um todo.

Torna-se necessário disponibilizar, para a complementação do que se apanhou com entrevista, o posicionamento de um dos alunos relacionados para essa pesquisa, em resposta à questão – *Você se considera incluído pelos professores em sala de aula?*

Existe uma preocupação por parte dos professores, pois quando eles se deparam com as nossas necessidades é que percebem que precisam de alguma ajuda para nos ajudar. Na verdade, todos os professores deveriam ser capacitados para a atuação na modalidade da Educação Especial. Mas já é um grande avanço e uma ação compartilhada digna de se ressaltar, pois eles procuram nos envolver em todas as atividades. (ALUNO A).

Saliente-se, conforme depoimento, que os alunos com necessidades educacionais especiais não são vistos como diferentes e nem muito menos são separados da convivência escolar normal. As práticas pedagógicas, claro, resguardadas algumas diretrizes especiais, são propostas da mesma forma curricular e práxis metodológica de ensino.

O acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino superior deve ser uma realidade de fato e não somente propostas referenciadas por programas governamentais. O aluno com deficiência encontra barreiras sociais de aceitação que o estimam como sendo um incapaz. A proposta da Educação Inclusiva visa a correção destas distorções sociais imposta ao aluno, concedendo-lhe dignidade e as mesmas igualdades de acesso e permanência nas instituições. Um aluno com limitações físicas psicológicas para se aceitar de fato, necessita ser aceito em todos os seus aspectos sociais, é de fato, o ambiente escolar é onde está aceitação deve acontecer verdadeiramente. (ALUNO B).

Observa-se, pelo que pontua este aluno em uma bem fundamentada resposta, que a necessidade de o aluno sentir-se acolhido e como um igual entre os seus pares, é um condicionante à significação de seu processo de construção do conhecimento, sendo que no UNINTA esta propostas é de fato implementada e nas observações feitas, até nas atividades extraclasse as relações são incentivadas para que a sociabilidade seja fator de enfrentamento ao preconceito.

Por fim, considera-se que a Educação Inclusiva é uma realidade de fato no UNINTA, unidade de ensino privada que faz parte educação do município de Sobral/CE, e que seus valores, porquanto, elementos de acesso e permanência são verdadeiramente contemplados

em sua proposta pedagógica que alicerçam as ações de seus professores e permitem o estabelecimento da confiança da comunidade escolar em seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessibilidade é uma condição ofertada à pessoa com deficiência ou capacidade de mobilidade reduzida, para que lhe possa possibilitar a prática de seu pleno exercício de todos os direitos que lhe são inalienáveis, com vista a assegurar, em igualdade de oportunidade, a essas pessoas, o acesso ao que lhe é disponível e assegurado em lei, como assim deve acontecer com a Educação Inclusiva, que lhes garante a participação normal e regular no processo educativo formal.

Procurou-se, ao longo deste trabalho, bem mais do que apontar as conceituações legais e regimentais da Educação Inclusiva, como ainda, situar as desafios e dificuldades de sua prática, conhecendo, no mesmo estudo investigativo, a realidade de uma instituição em que se estabelecem parâmetros de atuação de toda uma comunidade escolar para a sua melhor aplicação, como no caso, do UNINTA, que faz parte da rede privada de ensino do município de Sobral/CE.

O estudo possibilitou conhecer a prática real no cotidiano da IES que se depara com a questão dos alunos com necessidades educacionais especiais e, pelo que se apurou, encontra-se totalmente integrados à realidade normal escolar, como deve ser. Saliente-se, que neste mesmo estudo foi possível verificar as concepções sobre a temática da Educação Inclusiva por ângulos diferenciados, percebendo-se uma preocupação em estar atendendo às demandas requeridas pelas políticas públicas nacionais.

Os dados observados revelam que há uma intenção verdadeira por parte do UNINTA, em fazer valer, por sua significância, a implementação dos programas relativos à Educação Inclusiva, fazendo cumprir as Leis com a adequação predial para a permissão da acessibilidade, e, sobretudo, a capacitação dos profissionais do magistério para o exercício com as pessoas com deficiência que necessitam, verdadeiramente, conforme lhe assegura a legislação pertinente, que a escola se adeque a elas, e nunca o contrário.

Por fim, conclui-se que a Educação Inclusiva é uma realidade de fato hoje na IES e

que sua conceituação ainda suscita muitos questionamentos divergentes sobre sua real prática que oportuniza ao aluno com necessidades especiais, sua inserção como cidadão de direito.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/GM. (1996). **Aviso Circular** nº 277, de 08 de maio de 1996. Brasília - DF. Recuperado: 12 mar. 2015. Disponível: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Walk Ed. 2009.

ESCOLA, Nova. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>. Acessado em: 01/09/2014

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 17 mar. 2015. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo. Summus. 2006.

MEC/SEESP, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Ministério da Educação e Cultura. 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução: WindyzBrazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão – um guia para o aprimoramento da equipe escola**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLANALTO, Palácio do. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, acesso em 10 de junho de 2016.

_____, Palácio do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/constituicaocompilado.htm>>, acesso em 18 de junho de 2016.

SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo**, Maringá. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2a09.pdf>>. Acesso em: 18junho 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Warning: levenshtein(): Argument string(s) too long in
/home/conedu/public_html/sistema/php/classes/funcoes/funcoes.php on line 1269

Warning: Cannot modify header information - headers already sent by (output started
at /home/conedu/public_html/sistema/php/classes/funcoes/funcoes.php:1269) in
/home/conedu/public_html/sistema/congressista/modulos/trabalho/acao/adicionar_trabalho.php
on line 427